

HBDF estuda cobrança de taxa

Outros hospitais públicos poderão adotar a medida defendida por Frejat e Guimaraens

Luiza Damé

O Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) deverá voltar a cobrar taxa de internamento individual nos apartamentos da instituição. A proposta é defendida pelo diretor do HBDF, Mauro Guimaraens, pelo secretário de Saúde, Jofran Frejat, que pretende estendê-la aos demais hospitais públicos, como forma de aumentar a arrecadação da rede. Uma comissão do HBDF está estudando a cobrança dos internamentos e a formação de associações para gerenciamento de setores como anestesia, radiologia e laboratório. A iniciativa vai encontrar resistência no Sindicato dos Médicos e no deputado distrital Agnelo Queiroz (PC do B).

“Num País pobre como o Brasil não há condições de se garantir uma assistência à saúde totalmente gratuita”, argumentou o diretor do HBDF, acrescentando que dessa forma “quem pode deve pagar”. A proposta é cobrar a diferença entre o custo de um internamento na enfermaria — conforme a tabela do Inamps — e os apartamentos das clínicas particulares às pessoas que quiserem ficar em quartos individuais. Frejat lembrou que essa prática já existiu no Hospital de Base durante a sua primeira gestão à frente da Secretaria e “não sei porque acabou”.

Na sua opinião, com essa iniciativa é possível oferecer à classe média, especialmente, apartamentos mais baratos, aumentar a renda da rede e conter os valores cobrados nas casas de saúde. “Com o término da cobrança nos hospitais públicos, a maior prejudicada foi a classe média que não tem dinheiro para pagar as clínicas particulares”, argumentou. Frejat destacou que assim que reativar todos os leitos da rede pública — quando ele assumiu cerca de 700 leitos estavam desativados — vai levar adiante a proposta.

Não resolve

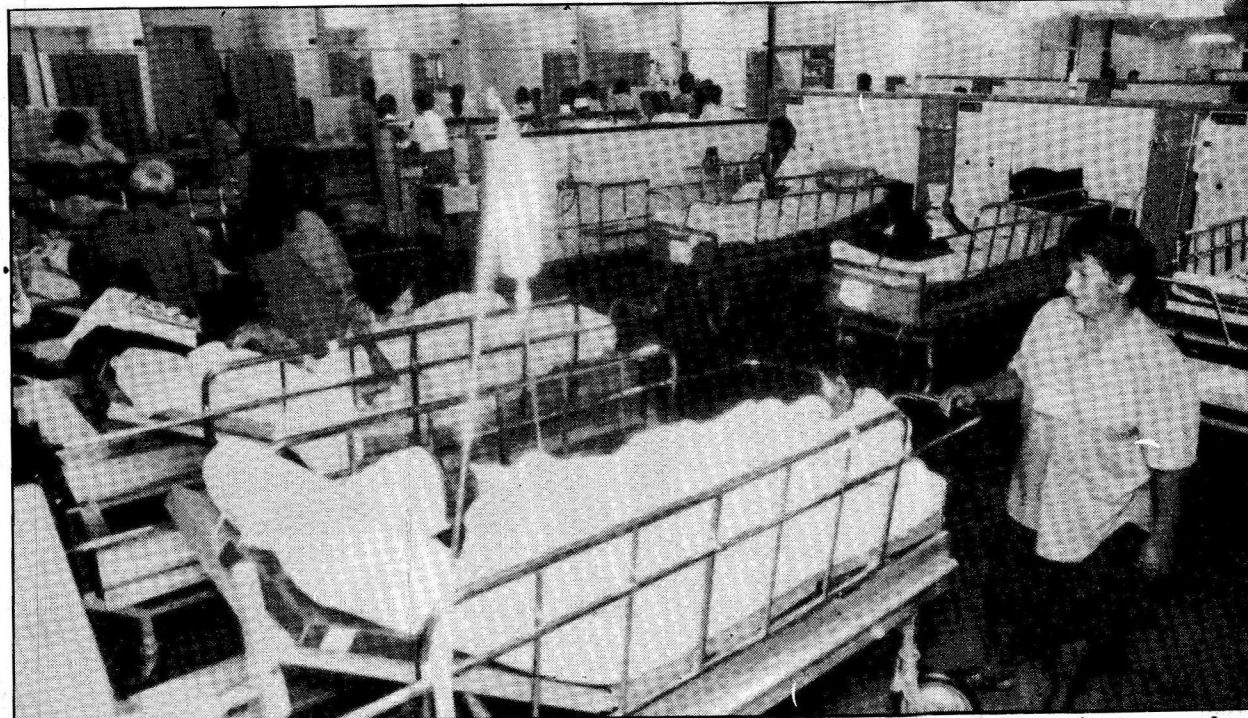
Tanto para o deputado Agnelo Queiroz como para a presidente do Sindicato dos Médicos, Maria José da Conceição, a Maninha, a cobrança dos internamentos nos

apartamentos não resolve as dificuldades financeiras da rede. “Muito pelo contrário, apenas privilegia quem pode pagar”, afirmou Agnelo. “A experiência passada já mostrou que os recursos são mínimos e essa situação cria ilhas de internamento”, completou Maninha, destacando que com o passar dos dias, a maioria dos profissionais estará internando somente nesses locais.

Guimaraens não concorda que a cobrança da diferença vá elitizar o atendimento nos hospitais da rede pública. “Quem não pode pagar continuará sendo prioridade”, garantiu o diretor do Hospital de Base. Segundo ele, com mais recursos, o HBDF terá condições de aprimorar ainda mais o atendimento aos pacientes de modo geral e aperfeiçoar a medicina de ponta. “Com isso, quem ganha é a comunidade como um todo, pois com a melhoria da rede pública, as clínicas privadas também terão de evoluir”, atestou Frejat.

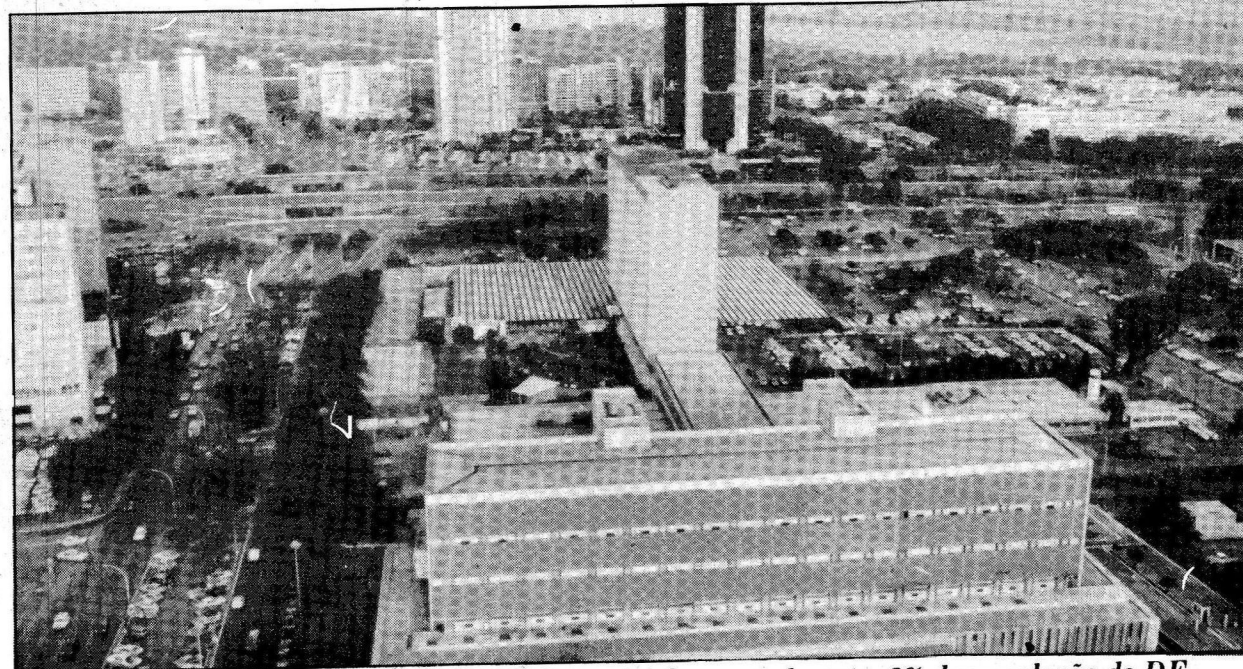
O diretor do HBDF quer ainda experimentar um modelo de participação de outras entidades no hospital, semelhante ao adotado em São Paulo, no Instituto do Coração (Incor), no Hospital de São Paulo e no Hospital Dante Pazzianotto. A idéia é criar sociedades sem fins lucrativos que se associariam à instituição através de convênios, participando da gerência de alguns setores, desenvolvendo trabalhos científicos e angariando mais fundos para o hospital.

“Isso é a privatização gradativa da rede de saúde”, avaliou a presidente do Sindicato dos Médicos, no que tem o total apoio de Agnelo. “Eu vou defender na Lei Orgânica, a proibição de repasse de verbas públicas para entidades privadas através da contratação de serviços”, adiantou o deputado que também vai propor a gratuidade na assistência à saúde na rede SUS (Sistema Unificado de Saúde). “Eu não gosto dessa palavra (privatização)”, observou Guimaraens, no explicar que “essas são apenas formas de garantir outros tipos de investimentos que melhorem a qualidade do atendimento à população”.



O hospital oferece 25 especialidades médicas na Emergência e atende cerca de 20 pacientes por hora

Dida Sampaio



Com 3.500 servidores, o Hospital de Base atende, mensalmente, 2% da população do DF